



EDITAL CONVOCATÓRIO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 073/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2024

1ª Parte: PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE OURICURI sito à Rua Padre Francisco Pedro da Silva, nº. 145 - Centro, OURICURI - Pernambuco, por intermédio do Ordenador de Despesas da Secretaria de ADMINISTRAÇÃO que esta subscreve, tornam público, para conhecimento dos interessados, que no dia e hora abaixo indicados será realizada licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, que será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, observados os termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, assim como as exigências estabelecidas neste Edital. A presente licitação será realizada no ambiente da plataforma eletrônica: www.portaldeouricuri.com.br.

2ª Parte: DAS CLÁUSULAS EDITALÍCIAS

1.0. DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto: **AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS DESTINADOS A EQUIPAR AS INSTALAÇÕES DAS SECRETARIAS E SETORES ADMINISTRATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURICURI/PE.**

2.0. DO ACESSO AO EDITAL E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO

2.1 - O edital está disponível gratuitamente nos sítios:

www.ouricuri.pe.gov.br/transparencia, www.portaldeouricuri.com.br, <https://pncp.gov.br> e www.tce.pe.gov.br.

2.2 - O certame será realizado no endereço eletrônico:

www.portaldeouricuri.com.br.

3.0. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

3.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: **02 de outubro de 2024.**

3.2. DATA LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: **11 de outubro de 2024, às 23h59min**

3.3. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: **12 de outubro de 2024, às 09h00min.**

3.4. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **12 de outubro de 2024, às 10h00min.**

3.5. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

3.6. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data.

3.7. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO: 20 minutos.

3.8. INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES: 0,01 (um centavo).

4.0. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. – A(s) despesa(s) decorrente(s) desta licitação correrá(ão) a conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) constante(s) a seguir:

Órgão	Unid. Orç.	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa	Ficha
03	02	04 122 1001 1103	4.4.90.52.00	080

5.0. DA PARTICIPAÇÃO, DO CREDENCIAMENTO E DA DECLARAÇÃO

5.1 - Os interessados em participar deste certame deverão estar credenciados junto ao Portal de Compras do Município de OURICURI/PE, com suporte técnico do sistema GM TECNOLOGIA (GM TECNOLOGIA & INFORMAÇÃO LTDA - Avenida República do Líbano, nº 251, Sala 1408 - Recife/PE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.464.263/0001-29).

5.1.1 - O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Portal de Compras do Município de OURICURI, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória PREGÃO, em sua forma eletrônica.

5.1.2 - Para efetuar o cadastro no Portal de Compras do Município de OURICURI, o fornecedor deverá acessar a página www.portaldeouricuri.com.br, no link “**Seja um fornecedor**”, deverá preencher o formulário com as



informações obrigatórias (campos sinalizados como “campo obrigatório”) e anexar a documentação de credenciamento descrita na página.

5.1.3 - O fornecedor deverá enviar todos os arquivos em um único documento e em seguida, clicar no botão “**Salvar**”.

5.1.4 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Portal de Compras do Município da Prefeitura Municipal de OURICURI e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.1.5 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta PREGÃO.

5.1.6 - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.1.7 - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5.1.8 - A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.1.9 - Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através da empresa associada (mencionada no item acima) pelo telefone **(81) 3877-1397**, ou através do e-mail: **comercial@gmcontato.com.br**.

5.2 - Poderão participar desta licitação empresas sob a denominação de sociedades empresárias (sociedades em nome coletivo, em comandita simples, em comandita por ações, anônima e limitada) e de sociedades simples, associações, fundações e sociedades cooperativas regularmente estabelecidas neste País, cadastrados ou não no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e que satisfaçam todas as condições da legislação em vigor e deste edital.

5.3 - Poderá participar desta licitação toda e qualquer pessoa jurídica isoladamente ou em consórcio, idônea cuja natureza seja compatível com o objeto licitado;

5.4 - Em se tratando de empresas participantes em forma de Consórcio, deverão ser observadas as seguintes exigências;

5.4.1 - Será admitida para efeito de habilitação técnica, a apresentação dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado;

5.4.2 - Para participantes em forma de consórcio, será acrescido 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para fins de habilitação econômico-financeira;

5.4.3 - O acréscimo previsto no item anterior não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei;

5.4.4 - Em caso de ser declarado vencedor, o consórcio deverá, antes da celebração do contrato, promover a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

5.4.5 - A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão contratante e deverá ser apresentada a comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída, para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

5.5 - Será garantido aos licitantes enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas, que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério de desempate, preferência de contratação, o previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em seu Capítulo V - DO ACESSO AOS MERCADOS / DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS.

5.6 - Tratando-se de microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar no Portal de Compras do Município (Sistema **GM Tecnologia**) no site **www.portaldeouricuri.com.br**, o exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/2006.

5.7 - A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

5.8 - Não poderão disputar esta licitação:

5.8.1 - Aquele que não atenda às condições deste edital e seu(s) anexo(s);

5.8.2 - Autor do anteprojeto, do Termo de Referência ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica;



5.8.3 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do Termo de Referência ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado;

5.8.4 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo desta licitação, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.8.5 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.8.6 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.8.7 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.8.8 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.9 - O impedimento de que trata o item 5.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.10 - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.8.2 e 5.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.11 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.12 - A vedação de que trata o item 5.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6.0 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

6.1 - O cadastramento da proposta de preços inicial ocorrerá por meio de chave de acesso e senha, obtidas junto à plataforma eletrônica - Portal de Compras do Município de OURICURI (Sistema GM Tecnologia) (www.portaldeouricuri.com.br).

6.1.1 - Com relação à proposta inicial, basta que a mesma seja cadastrada (preenchida) na plataforma, com a descrição do objeto ofertado e seus respectivos preços, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, não sendo necessário o envio da proposta inicial como arquivo digitalizado em anexo.

6.2 - No preenchimento da proposta inicial, por meio da plataforma digital, deverá ser informado necessariamente o seguinte:

a) Indicação em cada lote da especificação do objeto licitado com todos seus itens, se a disputa for por lote, bem como a indicação do valor unitário do item com descrição detalhada, se a disputa for por item, de acordo com o disposto no Termo de Referência deste Edital, devendo ser indicada a MARCA dos itens propostos e, neste campo, quando se tratar de prestação de serviço, inserir o termo "Próprio(a)", para que seja preservado o sigilo da proponente, sendo vedada a cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demandada nesta licitação;

b) Preço unitário de cada item e global do lote cotado, se for o caso, em algarismos, com no máximo 2 (duas) casas decimais;

c) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

6.3 - O licitante deverá informar a condição de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) que faz jus ao tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou cooperativa de que trata o artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, no ato do encaminhamento da proposta, por intermédio de funcionalidade disponível no sistema eletrônico do site www.portaldeouricuri.com.br.



6.4 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão da parte do próprio licitante.

6.4.1 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor da plataforma eletrônica (www.portaldeouricuri.com.br) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.5 - Os licitantes somente poderão retirar ou substituir as propostas, por eles apresentadas, até a data e horário de abertura da sessão pública.

6.5.1 - A desistência de proposta somente poderá ocorrer até o horário de abertura da sessão pública (em conformidade com o disposto no Art. 18, § 4º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 c/c entendimento do Tribunal de Contas da União - TCU, Acórdão nº 2132/2021). 6.6 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a fase de envio de lances.

6.7 - Será vedada a identificação do licitante.

6.8 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances.

6.9 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação de serviço.

6.10 - Os preços, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.0. DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 - Abertas as propostas iniciais, o(a) Pregoeiro fará as devidas verificações, avaliando a aceitabilidade das mesmas. Caso ocorra alguma desclassificação, esta deverá ser fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2 - Os preços deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais em seus valores unitários e globais.

7.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo(a) Pregoeiro e somente estas participarão da etapa de lances.

7.4 - Na elaboração da proposta inicial, o preço cotado poderá ultrapassar o limite máximo discriminado no Anexo I – Termo de Referência presente nos autos do processo em epígrafe; entretanto, na fase de lances, o lance final deverá atingir preço igual ou inferior ao limite máximo estipulado pela Administração e, caso o lote cotado seja composto de itens, o preço unitário destes deverá ser igual ou inferior aos limites previstos para cada item no Termo de Referência.

7.4.1 - Caso não sejam realizados envios de lances, o licitante que cotou na proposta inicial o menor preço deverá reduzi-lo a um valor igual ou inferior ao limite máximo previsto pela Administração, junto ao Anexo I – Termo de Referência.

7.5 - Serão desclassificadas as propostas que identifiquem o licitante, assim como quando não forem atribuídos valores a algum dos itens componentes do respectivo lote, se for o caso.

7.6 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.7 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.0. DA ETAPA DE LANCES

8.1 - O(A) Pregoeiro dará início à etapa competitiva no horário previsto no subitem 3.3, quando, então, os licitantes poderão encaminhar lances que deverão ser apresentados exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.2 - **A disputa será realizada por ITEM**, sendo os preços registrados na ata da sessão, quando, para efeito de lances, **será considerado o valor global do respectivo ITEM**.

8.2.1 - Na fase de lances, o lance final deverá atingir preço em conformidade com o item 7.4 do Edital Convocatório, quanto ao preço global. Caso não sejam realizados envios de lances, o licitante que cotou na proposta inicial o menor preço deverá reduzi-lo a um valor igual ou inferior ao limite máximo previsto pela Administração, junto ao Anexo I – Termo de Referência.

8.2.2 - Os licitantes poderão ofertar lances sucessivos inferiores ao seu último lance registrado no sistema, ainda que este seja maior que o menor lance já ofertado por outro licitante.



8.2.3 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.2.4 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.3 - Durante a sessão pública de disputa, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao(a) Pregoeiro nem aos demais participantes.

8.4 - No caso de desconexão entre o(a) Pregoeiro e o sistema no decorrer da etapa competitiva, o sistema poderá permanecer acessível à recepção dos lances, retornando o(a) Pregoeiro, quando possível, sem prejuízos dos atos realizados.

8.4.1 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro persistir por um tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para a divulgação.

8.4.2 - Caberá ao licitante a responsabilidade por qualquer ônus decorrente da perda de negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão da parte do próprio licitante.

8.5 - O modo de disputa adotado para este certame será o "Aberto e Fechado", nos termos do Art. 56, da Lei nº 14.133/2021, do Art. 22, inciso II e do Art. 24, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, observados os seguintes termos:

8.5.1 - A etapa inicial de envio de lances desta sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.

8.5.2 - Encerrado o prazo previsto no item acima, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.5.3 - Encerrado o prazo aleatoriamente determinado, conforme item acima (até 10 minutos), o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.5.3.1 - No procedimento de que trata o item acima, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta ou por ofertar melhor lance.

8.5.4 - Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 8.5.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.5.5 - Encerrados os prazos estabelecidos nos itens acima, o sistema ordenará e divulgará os lances, conforme disposto no § 2º do art. 22, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

8.5.6 - Definido o resultado do julgamento, o(a) Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, conforme previsão do Art. 61, da Lei nº 14.133/2021.

8.6 - Após a etapa de envio de lances, o sistema identificará, em coluna própria, as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8538/2015.

8.7 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem com preço de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor, lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada, no caso desta não estar enquadrada como ME ou EPP.

8.8 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de até 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.9 - Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes (ME ou EPP) que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

8.10 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.11 - As disposições a que se referem os itens 8.6 a 8.10 não serão aplicadas nas seguintes situações:

8.11.1 - No caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



8.11.2 - No caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.12 - A obtenção de benefícios, a que se refere a Lei Complementar nº 123/2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo ser apresentada declaração de observância desse limite na licitação, sob pena de perda do direito de utilização do possível benefício.

8.13 - Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos itens acima.

8.14 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, após encerradas todas as etapas transcritas acima, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.0 - DO LICITANTE ARREMATANTE E DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

9.1 - Encerrada a etapa de envio de lances eletrônicos da sessão pública, o(a) Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, conforme previsão do Art. 61, da Lei nº 14.133/2021.

9.2 - Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o(a) Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento, nos termos do Art. 30 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

9.3 - A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.4 - Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação estabelecida no § 2º do art. 22, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no art. 28, ambos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

9.5 - Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

9.6 - O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, exclusivamente por meio do sistema, envie a proposta adequada ao último lance ofertado, após a negociação realizada, acompanhada da sua garantia, e ainda, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.7 - É facultado ao(a) Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido no item acima, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.8 - A não apresentação da proposta de preços final e de sua garantia, exclusivamente por meio do sistema, no sítio eletrônico www.portaldeouricuri.com.br, dentro do prazo estipulado no item 9.6, acarretará a desclassificação do proponente, sendo convocado o licitante subsequente, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da sanção prevista no Art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

9.9 - Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10.0. DA APRESENTAÇÃO E DO JULGAMENTO DA(S) PROPOSTA(S) DE PREÇO(S) FINAL(IS)

10.1 - A proposta final deverá ser apresentada em via única original, com os preços ajustados ao menor lance, redigida em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo ser datada e assinada pelo representante legal do licitante, com as especificações técnicas, quantitativos, devendo ser indicada a marca do produto e/ou fornecedor do serviço e demais informações relativas ao produto/serviço ofertado.

10.2 - Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sua emissão.

10.3 - O licitante não poderá cotar proposta com quantitativo de itens divergentes dos contidos no respectivo lote, se for o caso.

10.4 - Na cotação do preço unitário não será admitido o fracionamento do centavo, considerando que os valores da proposta deverão ser apresentados com duas casas decimais após a vírgula, com a seguinte regra de arredondamento: se o terceiro dígito após a vírgula estiver entre 0 e 4, o segundo dígito após a vírgula não é alterado; se o terceiro dígito após a vírgula estiver entre 5 e 9, o segundo dígito após a vírgula é arredondado para cima.

10.5 - Nos preços propostos já estarão incluídas as despesas referentes a frete, tributos e demais ônus atinentes à entrega do objeto.

10.6 - No caso da licitante ser cooperativa que executará (entregará) o objeto da licitação através de empregados, a mesma gozará dos privilégios fiscais e previdenciários pertinentes ao regime das cooperativas, devendo a



proposta apresentar exequibilidade no aspecto tributário e sujeitar-se ao mesmo regime de qualquer outro agente econômico.

10.7 - Após a apresentação da proposta não caberá desistência, sob pena de aplicações de possíveis sanções administrativas, observado o devido processo legal.

10.8 - Iniciada a fase de julgamento, o(a) Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

10.9 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário.

10.10 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

10.11 - Caso observada a inexistência de sanções impeditivas da participação, será iniciado o procedimento de julgamento da(s) proposta(s) de preços finais.

10.12 - Para julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO**, observado o estabelecido nas condições definidas neste edital e o disposto no Termo de Referência que norteia a contratação, sempre buscando alcançar a maior vantajosidade, quando serão desclassificadas as propostas que:

10.12.1 - Contiverem vícios insanáveis e/ou condições ilegais;

10.12.2 - Não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

10.12.3 - Apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

10.12.4 - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.12.5 - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.12.6 - Contiverem para o orçamento detalhado valores superiores ao estimado pela Administração, independentemente do valor total do orçamento, devendo o licitante, readequar o valor dos itens do orçamento final aos valores constantes no mapa de preços emitido pela plataforma eletrônica.

10.13 - Serão considerado indício de inexequibilidade das propostas, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, nos termos do art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

10.14 - A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do(a) pregoeiro(a), que venha a comprovar:

10.14.1. Que o preço de custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.14.2. Inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta

10.15 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.16 - Toda desclassificação será sempre fundamentada e registrada na plataforma eletrônica.

10.17 - Se a proposta de menor preço não for aceitável, o(a) Pregoeiro examinará a proposta subsequente, observada a ordem de classificação, verificando sua compatibilidade e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

11.0. DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos de habilitação exigidos consistem nos seguintes:

- HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.1.1 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e seus aditivos, devidamente registrado na Junta Comercial da sede do Licitante, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhada de documentos de eleição de seus administradores;

11.1.2 - Registro comercial e seus aditivos, no caso de empresa individual, devidamente registrado na Junta Comercial da sede do Licitante;

11.1.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício;



11.1.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

11.1.5 - Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados em se tratando de empresas organizadas sob esta forma, devendo ser realizada a indicação da empresa líder, que será responsável por sua representação perante a Administração e apresentar declaração formal de responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, devidamente assinado por todos os representantes legais das empresas que farão parte da composição;

- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

11.1.6 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, sendo esta feita mediante a apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado;

11.1.6.1 - Em sede de diligência, poderão ser requisitados documentos complementares, no sentido de comprovar o que está sendo afirmado no teor do atestado de qualificação técnica apresentado;

11.1.7. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

- REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

11.1.9 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

11.1.10 - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.1.11 - Prova de regularidade perante a Fazenda Federal;

11.1.12 - Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual;

11.1.13 - Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal;

11.1.14 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

11.1.15 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

11.1.16 - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.1.17 - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

- DECLARAÇÕES:

11.1.18 - Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

11.1.19 - Declaração emitida pela licitante de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal;

11.1.20 - Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.1.21 - Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

11.2 - Os Documentos que não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados da data da realização da licitação ou, se emitidos por prazo indeterminado, conforme legislação do órgão expedidor.

11.2.1 - Ficam excluídos da validade de 90 (noventa) dias os atestados técnicos e comprovações de inscrições.

11.3 - Os licitantes vencedores deverão encaminhar/anexar, exclusivamente por meio do Portal de Compras do Município de OURICURI (Sistema GM Tecnologia), no sítio eletrônico www.portaldeouricuri.com.br, em formato digital, os documentos de habilitação exigidos neste Edital, após solicitação do(a) Pregoeiro, por meio do sistema eletrônico, no prazo de 2 (duas) horas, podendo ser prorrogado, por igual período, nas situações elencadas no § 3º do art. 29, da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, de 30 de setembro de 2022.



11.4 - Os licitantes enquadrados como ME ou EPP deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal ou trabalhista, nos termos do Art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

11.5 - A não apresentação dos documentos de habilitação exigidos neste edital, exclusivamente por meio do Portal de Compras do Município de OURICURI (Sistema GM Tecnologia), no sítio eletrônico www.portaldeouricuri.com.br, dentro do prazo estipulado no item 11.3, assim como o desatendimento a algum dos requisitos de habilitação, estipulados acima, acarretará na inabilitação/desclassificação do proponente, sendo convocado o licitante subsequente, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da sanção prevista no Art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

12.0. DISPOSIÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

12.1 - Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação do(a) Pregoeiro, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

12.2 - A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará na decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao(a) Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

13.0. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

13.1 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao presente processo licitatório deverão ser enviados ao(a) Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço cplouricuri@hotmail.com, informando o número desta PREGÃO e o órgão interessado ou por meio da plataforma www.portaldeouricuri.com.br.

13.2 - Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica, e CPF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).

13.3 - Os esclarecimentos serão prestados pelo(a) Pregoeiro por escrito, por meio de e-mail e pela plataforma eletrônica aos interessados.

13.4 - Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o presente edital, mediante petição por escrito, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço cplouricuri@hotmail.com, informando o número desta PREGÃO e o órgão interessado ou por meio da plataforma www.portaldeouricuri.com.br.

13.5 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, a decisão será comunicada aos interessados, através da plataforma eletrônica.

13.6 - As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a esse Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.

13.7 - Deferida a impugnação contra o presente Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observado, para esta, a contagem mínima do mesmo prazo inicial.

13.8 - Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente, exceto quando se tratar de matéria de ordem pública.

13.9 - As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos neste certame.

13.9.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do presente processo.

13.10 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio da plataforma eletrônica, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

14.0. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

14.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação observará o disposto no art. 165, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 - Declarado o vencedor, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, em campo próprio do sistema, quando será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões por escrito, exclusivamente por meio eletrônico, através da plataforma www.portaldeouricuri.com.br.



14.2.1 - Os demais licitantes ficarão desde logo notificados a apresentar contrarrazões dentro de igual prazo, que começará a contar a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.3 - Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

14.4 - A ausência de manifestação imediata do licitante quanto à intenção de recorrer importará na preclusão desse direito e o processo poderá ser adjudicado ao licitante declarado vencedor.

14.5 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.6 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.7 - A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados através da plataforma www.portaldeouricuri.com.br.

15.0. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

15.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro durante o certame;

15.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) Deixar de apresentar amostra, quando for o caso;

e) Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

15.1.3 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1 - Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou, quando for o caso a ata de registro de preço, ou ainda aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

15.1.5 - Fraudar a licitação;

15.1.6 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada, no caso de solicitação de amostras;

15.1.7 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.8 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

15.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1 - Advertência;

15.2.2 - Multa;

15.2.3 - Impedimento de licitar e contratar e;

15.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1 - A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.3.2 - As peculiaridades do caso concreto;

15.3.3 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.3.4 - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.3.5 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



15.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1 - Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

15.4.2 - Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

15.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

15.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.3.1., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, quando tiver sido exigida, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

15.10 - A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16.0. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:

16.1 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71, da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 - O titular da origem desta licitação se reserva ao direito de não homologar ou revogar o presente processo por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado e mediante fundamentação escrita.

16.3 - O sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

17.0. DA CONTRATAÇÃO:



- 17.1 - A adjudicatária terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.
- 17.2 - O contratado estará obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na presente licitação.
- 17.3 - Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- 17.4 - Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 17.4.1 - Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- 17.4.2 - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 17.5 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, quando tiver sido exigida, em favor do órgão ou entidade licitante.
- 17.5.1 - A regra transcrita acima não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma item 17.4.1.
- 17.6 - Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente, em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos itens acima.
- 17.7 - Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- 17.8 - As condições contratuais estão definidas no Anexo – Minuta do Contrato, parte integrante deste edital.

18.0. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos constantes no item 2.1 deste Edital;
- 18.2 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico;
- 18.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento.
- 18.4 - Os prazos estabelecidos neste edital se iniciam e se vencem somente em dia de expediente na Prefeitura Municipal;
- 18.5 - Esta licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a autoridade competente revogá-la por razões de interesse público, anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante decisão devidamente fundamentada;
- 18.6 - É facultada ao(a) Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório;
- 18.7 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;
- 18.8 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente;
- 18.9 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;
- 18.10 - Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;
- 18.11 - Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- 18.12 - O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo(a) Pregoeiro, ou ainda o não atendimento às solicitações/convocações, ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO;



18.13 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público;

18.14 - Todas e quaisquer comunicações com o Pregoeiro deverão se dar por escrito, via chat da plataforma eletrônica, na "sala virtual" onde estará acontecendo o certame;

18.15 - Fica terminantemente proibido ao Pregoeiro prestar quaisquer informações sobre a PREGÃO já publicada e/ou em andamento, sob qualquer hipótese ou pretexto usando telefonia fixa ou móvel, como forma de garantir a lisura do certame;

18.16 - O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de OURICURI, Estado do Pernambuco.

19.0. DOS ANEXOS:

19.1 - Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte:

ANEXO I – Estudo técnico preliminar

ANEXO II – Termo de Referência

ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços

ANEXO IV – Modelos de declarações

ANEXO V – Minuta do Contrato

OURICURI/PE, 01 de outubro de 2024.

FABRÍCIO SILVA ROCHA LIMA
Ordenador de Despesas Sec. de ADMINISTRAÇÃO



ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

IDENTIFICAÇÃO

Este documento trata da demanda por estruturar as unidades de trabalho do Município de Ouricuri com mobiliário planejado, conforme previsto no Documento de Formalização de Demanda – DFD e o Projeto Arquitetônico específico para a Prefeitura de Ouricuri.

OBJETIVO

O presente estudo caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento para a aquisição de móveis planejados para as instalações das secretarias e setores da Prefeitura de Ouricuri/PE. Apresenta os estudos necessários para apurar prováveis soluções para a contratação de empresa especializada do ramo moveleiro visando o fornecimento do mobiliário descrito no Projeto Arquitetônico, sem perder de vista a viabilidade técnica para promover tal contratação.

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente demanda se faz imprescindível em decorrência da reforma da sede da prefeitura e da necessidade das secretarias e novos ambientes do Município de Ouricuri. A necessidade de aquisição de itens planejados é essencial para atender às demandas das novas instalações, garantindo a disponibilidade oportuna e eficiente de móveis sob medida.

As seguintes razões destacam a importância dessa medida:

- **Personalização e otimização do espaço:** a utilização de móveis planejados permite a adaptação precisa aos ambientes específicos, garantindo a otimização do espaço disponível e a criação de ambientes funcionais e esteticamente agradáveis;
- **Durabilidade e qualidade:** os móveis planejados serão confeccionados com materiais de alta qualidade, assegurando a durabilidade e a resistência necessárias para suportar o uso constante.

2. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

O município de Ouricuri/PE ainda não possui Plano de Contratação Anual, motivo pelo qual deixa de apresentar manifestação no presente tópico.

3. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a presente aquisição, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

1. **Otimizar a utilização dos espaços, personalizando cada setor** da Prefeitura conforme sua demanda;
2. **Padronizar as condições ergonômicas de trabalho**, contemplando os novos ambientes e fluxos de trabalho visando alcançar o melhor desempenho das atividades essenciais desenvolvidas pelo município;
3. **Melhorar as condições de trabalho dos servidores**, ampliando e adequando a infraestrutura física;
4. **Proporcionar maior conforto e segurança** para os servidores e para os cidadãos que frequentam os serviços municipais.

4. REQUISITOS MÍNIMOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a contratação deve atender aos seguintes requisitos mínimos:

- **Qualidade dos materiais:** O mobiliário planejado deve ser confeccionado com materiais duráveis e resistentes, de acordo com as normas técnicas vigentes.
- **Ergonomia:** Os móveis devem atender às normas de ergonomia, garantindo conforto e segurança no uso diário.



- **Capacidade técnica da empresa:** A empresa contratada deve comprovar experiência anterior com fornecimento de móveis planejados semelhantes, apresentando atestados de capacidade técnica compatíveis emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

Os documentos exigidos para habilitação incluem:

1. Contrato social da empresa e documentos de identificação dos sócios;
2. Prova de inscrição no CNPJ e em cadastro fiscal (municipal, estadual e federal);
3. Certidões de regularidade com FGTS, Justiça do Trabalho (CNDT), CEIS e CNEP;
4. Atestados de capacidade técnica, comprovando experiência em projetos similares.

5. LEVANTAMENTO DA DEMANDA E DE VALOR

O presente estudo técnico refere-se à aquisição de móveis planejados para os novos ambientes da Prefeitura de Ouricuri, conforme detalhado no orçamento. Os descritivos e quantitativos serão listados abaixo:

AMBIENTE	DESCRIÇÃO	VALOR MÉDIO
HALL DE ENTRADA	- Módulos: Parede toda revestida em painel ripado - Dimensões: L: 2.790 X A: 2.780 - Padrões: Floraplac: Geppeto Branco TX (Modulações Internas) - Ferragens: Fita de borda PVC de 0,45mm - Heraul; Tegus Cola térmica - FCC Parafusos - Wurth	R\$ 8.144,64
SETOR PESSOAL	- Módulos: 03 estações de trabalho - Dimensões: 02 mesas com L: 1,20 X P: 550 X A: 715 com 02 gaveteiros + 01 mesa com L: 1,50 X P: 550 X A: 730 com 02 gavetas + 04 nichos superiores - Padrões: Branco TX (todo) - Ferragens: Puxador cava com fita - DMA Corrediça telescópica - Hafele Dobradiça com amortecedor - Hafele Pistão a gás - Hafele Sapata niveladora Passa fios Cantoneira (L de bancada) na fixação da modulação	R\$ 11.521,01
CULTURA E EVENTOS	- Módulos: 02 estações de trabalho - Dimensões: 02 mesas em MDF L: 1,20 X P: 55 A: 730 com 02 gavetas + 02 nichos superiores - Padrões: Branco TX (todo) - Ferragens: Puxador cava com fita - DMA Dobradiça com amortecedor - Hafele Pistão a gás - Hafele Passa fios Sapata niveladora Cantoneira (L de bancada) na fixação da modulação	R\$ 6.774,73
GABINETE SECRETARIA	- Módulos: 01 banco de canto - Dimensões: L: 1,60 X P: 385 X A: 35 + nicho superior - Dimensões: L: 1,55 X P: 40 A: 380 + mesa - Dimensões: L: 1,60 X P: 60 X A: 730 + armário inferior - Dimensões: L: 1,55 X P: 40 X A: 67 com 03 gavetas e 03 nichos - Padrões: Floraplac: Viena e Nogal amendoado - Ferragens: Puxador ponto preto - Zamac	R\$ 6.693,69



	Corrediça telescópica - Hafele Dobradiça com amortecedor - Hafele Pistão a gás - Hafele Passa fios Sapata niveladora	
SALA DO PREFEITO	- Módulos: Mesa - Dimensões: L:2,60 X P:90 X A:780 com 03 gavetas com fechadura e 02 nichos + móvel superior - Dimensões: L:3,93 X P:50 X A:88 com 04 portas e 03 nichos + estante superior 02 unidades - Padrões: Floraplaç: Asfalto e Nogal imperial - Ferragens: Puxador cava com fita champagne - DMA Corrediça telescópica - Hafele Dobradiça com amortecedor - Hafele Vergalhão Passa fios Torre de tomadas - Hafele Sapata niveladora	R\$ 23.045,79
SALA DE REUNIÃO	- Módulos: Aparador - Dimensões: L:1,50 X P:40 A:63 + mesa de reuniões para 09 pessoas - Dimensões: L:2,70 X P:1,20 + prateleira superior - Dimensões: L:1,79 X P:2,55 + painel de TV - Dimensões: L:1,79 X A:2,69 - Padrões: Floraplaç: Asfalto e Nogal imperial - Ferragens: Portas passantes Dobradiça com amortecedor - Hafele Vergalhão Sapatas Passa fios Torre de tomadas - Hafele	R\$ 9.030,19
COPA	- Módulos: Móvel superior - Dimensões: L:3,06 X A:73 com 05 portas e 02 nichos + móvel inferior - Dimensões: L:2,29 X A:73 com 05 gavetas e 02 portas - Padrões: Branco TX (todo) - Ferragens: Puxador versátil/facetado champagne - Rometal Corrediça telescópica - Hafele Dobradiça com amortecedor - Hafele Pistão a gás - Hafele	R\$ 10.112,01
SETOR DE TRIBUTOS	- Módulos: 06 estações de trabalho - Dimensões: L:1,10 X P:60 X A:70 com divisórias - Dimensões: L:1,63 X A:70 e 01 gaveteiro - Padrões: Branco TX (todo) - Ferragens: Puxador cava com fita - DMA Dobradiça com amortecedor - Hafele Sapata niveladora	R\$ 11.658,94
FINANCEIRO	- Módulos: 05 estações de trabalho - Dimensões: L:1,23 X P:60 X A:70 com 01 divisória - Dimensões: P:70 X A:1,63 com 01 armário inferior	R\$ 12.670,10



	- Dimensões: L:1,84 X P:485 X A:73 e 01 gaveteiro - Padrões: Branco TX (todo) - Ferragens: Puxador cava com fita - DMA - Corrediça telescópica - Hafele - Dobradiça com amortecedor - Hafele - Passa fios	
ARQUIVO ATIVO	- Módulos: 03 estações de trabalho - Dimensões: 02 mesas com L:1,20 X P:550 X A:715 com 02 gaveteiros + 01 mesa com L:1,50 X P:550 X A:730 com 02 gavetas + 04 nichos superiores - Padrões: Branco TX (todo) - Ferragens: Puxador cava com fita - DMA - Corrediça telescópica - Hafele - Dobradiça com amortecedor - Hafele	R\$ 10.325,33
ARQUIVO ATIVO 1	- Módulos: Estantes - Dimensões: Primeira estante: L:90 X P:520 X A:2,50 - Segunda estante em L: L:450 por 440 X P:520 X A:2,85 - Terceira estante: L:1,87 X P:520 X A:2,85 com 04 prateleiras em cada estante - Padrões: Branco TX (todo) - Ferragens: Cantoneira (L de bancada) na fixação da modulação	R\$ 10.333,81
ESCRITÓRIO DE ARRECADAÇÃO	- Módulos: 01 mesa - Dimensões: L:1,35 X P:500 X A:73 + armário inferior - Dimensões: L:1,42 X P:39 A:57 + 01 nicho superior - Padrões: Branco TX (todo) - Ferragens: Puxador cava com fita - DMA - Corrediça telescópica - Hafele	R\$ 4.193,65
PROCURADORIA	- Módulos: 02 estações de trabalho - Dimensões: Mesas: L:1,22 X P:60 X A:73 + 03 divisórias - Dimensões: L:60 X A:1,73 - Padrões: Branco TX (todo) - Ferragens: Passa fios - Sapata niveladora	R\$ 2.675,84
CONVÊNIOS	- Módulos: 02 estações de trabalho - Dimensões: Mesas: L:1,22 X P:60 X A:73 + 03 divisórias - Padrões: Branco TX (todo) - Ferragens: Passa fios - Sapatas	R\$ 2.520,00

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 129.699,73 (cento e vinte e nove mil seiscientos e noventa e nove reais e setenta e três centavos)

6. SOLUÇÕES EXISTENTES NO MERCADO

Com base no estudo realizado e nas demandas apresentadas, a solução mais adequada para atender à necessidade de mobiliar as instalações da Prefeitura de Ouricuri é a contratação de uma empresa especializada na fabricação e fornecimento de móveis planejados sob medida, conforme as especificações detalhadas acima.



A pesquisa de mercado realizada incluiu consultas ao Banco de Preços, PNCP e análise de contratos anteriores, garantindo que a escolha da solução seja tecnicamente viável e economicamente vantajosa.

7. ESCOLHA DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

A escolha da solução mais adequada é a realização de uma licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, que oferece ampla publicidade e competitividade. O critério de julgamento será o **menor preço**, conforme definido pelo artigo 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, garantindo que a contratação seja a mais vantajosa para o Município de Ouricuri.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O parcelamento da solução não será adotado. Todos os itens do mobiliário descritos no orçamento possuem a mesma natureza e se complementam, sendo indispensáveis para o bom funcionamento das secretarias e demais setores da Prefeitura de Ouricuri. Dessa forma, o fornecimento será realizado em **lote único**, abrangendo todos os itens listados anteriormente.

O agrupamento de itens em um único lote é permitido pela Lei nº 14.133/2021, artigo 47, inciso II, pois possuem a mesma natureza e relação entre si, justificado pela necessidade de padronização dos ambientes e da funcionalidade do mobiliário.

9. PROVIDÊNCIAS ANTERIORES À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Antes da celebração do contrato, as seguintes providências devem ser tomadas pela Prefeitura de Ouricuri:

1. **Conclusão do Processo Licitatório:** A contratação deverá ser precedida de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, conforme a Lei nº 14.133/2021.
2. **Verificação da Regularidade da Empresa Vencedora:** A empresa que vencer a licitação deverá comprovar sua regularidade fiscal, jurídica e trabalhista, além de apresentar atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto da contratação.
3. **Elaboração do Contrato:** O contrato será elaborado com base no resultado do Pregão Eletrônico, definindo prazos de execução, condições de pagamento e cláusulas de garantia de qualidade e atendimento às especificações técnicas.

O prazo de entrega dos móveis será de **30 dias** (trinta dias) após a emissão da ordem de fornecimento.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não existem contratações interdependentes para o fornecimento dos móveis planejados. A contratação será feita de forma autônoma e os móveis serão entregues de acordo com o cronograma definido no contrato.

11. PAGAMENTO

O pagamento será realizado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da entrega dos móveis, mediante a apresentação das Notas Fiscais/Faturas discriminativas, devidamente atestadas pelo setor competente da Prefeitura de Ouricuri.

As condições de pagamento incluem:

- **Comprovação de Regularidade Fiscal:** A empresa deverá apresentar certidões de regularidade junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal.
- **Certidões Trabalhistas e Previdenciárias:** A empresa contratada deverá apresentar as certidões de regularidade do FGTS e da Justiça do Trabalho (CNDT).
- **Consulta ao CEIS e CNEP:** A Prefeitura de Ouricuri deverá verificar se a empresa contratada está em conformidade com o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

12. FORNECIMENTO E LOCAL DE ENTREGA



O fornecimento dos móveis será realizado em **parcela única**, no prazo de **30 dias** após a emissão da ordem de fornecimento pela Prefeitura de Ouricuri.

Os itens deverão ser entregues no endereço designado pela Prefeitura, em horário comercial, de segunda a sexta-feira. Os móveis deverão atender rigorosamente às especificações técnicas descritas neste estudo técnico e no edital de licitação.

Caso os móveis entregues não atendam às especificações, a Prefeitura poderá recusar o recebimento e solicitar a substituição dos itens.

13. MAPEAMENTO DE RISCOS

O mapeamento de riscos é uma etapa essencial para garantir a execução adequada do contrato e identificar possíveis problemas durante a realização do fornecimento dos móveis planejados. Abaixo está uma tabela com os principais riscos identificados e as respectivas ações de contingência:

Risco	Probabilidade	Impacto	Ação de Contingência
1. Execução do contrato em desacordo com as especificações	Baixa	Falha no atendimento das necessidades da Prefeitura	Instauração de procedimento de inadimplência contratual, com aplicação de penalidades.
2. Atrasos na entrega dos móveis	Médio	Aumento de custos e demora na utilização dos ambientes	Acompanhamento rigoroso dos prazos de entrega, aplicação de penalidades e multas, se necessário.
3. Problemas de transporte ou logística	Baixa	Danos aos móveis ou atraso na entrega	Substituição imediata dos itens danificados e renegociação dos prazos, conforme a causa do problema.
4. Falta de capacidade técnica da empresa contratada	Baixa	Falha na execução do contrato	Verificação prévia e exigência de atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto da licitação.
5. Falta de pagamento à contratada	Baixa	Insatisfação da empresa e possível interrupção do fornecimento	Garantia de acompanhamento financeiro contínuo para assegurar que os recursos estejam disponíveis dentro dos prazos.
6. Solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro	Médio	Aumento de custos para a Prefeitura	Previsão de cláusula de reequilíbrio econômico-financeiro no contrato, com requisitos claros para sua solicitação.

Esses riscos foram identificados com base na natureza do fornecimento e serão monitorados durante a execução do contrato para garantir a sua mitigação e resolução imediata, quando aplicável.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante dos estudos apresentados e com base nas demandas existentes, declara-se que a contratação de empresa especializada no fornecimento de móveis planejados para o Município de Ouricuri/PE é **tecnicamente viável e necessária** para o atendimento das necessidades das secretarias e setores municipais.

A escolha do **Pregão Eletrônico** como modalidade de licitação é justificada pela transparência e competitividade proporcionada, além da garantia de que o contrato será firmado com a empresa que apresentar a melhor proposta, de acordo com o critério de **menor preço**.



Portanto, declara-se a **viabilidade da contratação**, com a certeza de que a aquisição dos móveis planejados atenderá aos requisitos de qualidade, ergonomia e durabilidade necessários para o bom funcionamento da Prefeitura de Ouricuri.

Ouricuri/PE, 18 de setembro de 2024.

SERVIDOR RESPONSÁVEL
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E URBANISMO



ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Este Termo de Referência tem como objeto a **AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS DESTINADOS A EQUIPAR AS INSTALAÇÕES DAS SECRETARIAS E SETORES ADMINISTRATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURICURI/PE**, conforme descrito no **Estudo Técnico Preliminar** e no **Projeto Arquitetônico** associado.

1.2. Os móveis devem ser confeccionados de acordo com as especificações detalhadas no projeto arquitetônico, respeitando as normas de qualidade e segurança vigentes.

2. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

2.1. A modalidade de licitação a ser adotada será o **Pregão Eletrônico**, com base nos dispositivos da **Lei nº 14.133/2021** e demais legislações pertinentes.

2.2. O critério de julgamento será o de **menor preço global** (lote único), assegurando que a proposta atenda às especificações descritas no edital.

2.3. Será desclassificada a proposta que apresentar valores superiores aos estimados pela administração ou que não cumpra com os requisitos mínimos estabelecidos.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A aquisição dos móveis planejados é necessária devido à reforma e reorganização dos espaços administrativos da Prefeitura de Ouricuri, garantindo:

- A **personalização** dos ambientes para melhor aproveitamento do espaço;
- O **conforto e ergonomia** para os servidores e o público atendido;
- A **durabilidade** dos móveis, que devem ser confeccionados com materiais resistentes.

3.2. A utilização de móveis planejados é crucial para otimizar a funcionalidade das secretarias, garantindo um ambiente de trabalho adequado e eficiente para o desempenho das atividades públicas essenciais.

4. ESPECIFICAÇÕES DOS MÓVEIS E QUANTIDADES

4.1. Os móveis a serem fornecidos e instalados deverão seguir rigorosamente as especificações técnicas descritas no **Estudo Técnico Preliminar** e no **Projeto Arquitetônico** das instalações. A tabela a seguir detalha os ambientes e as respectivas especificações de móveis:

AMBIENTE	DESCRIÇÃO	VALOR MÉDIO
HALL DE ENTRADA	- Módulos: Parede toda revestida em painel ripado - Dimensões: L: 2.790 X A: 2.780 - Padrões: Floraplaç: Geppeto Branco TX (Modulações Internas) - Ferragens: Fita de borda PVC de 0,45mm - Heraul; Tegus Cola térmica - FCC Parafusos - Wurth	R\$ 8.144,64
SETOR PESSOAL	- Módulos: 03 estações de trabalho - Dimensões: 02 mesas com L: 1,20 X P: 550 X A: 715 com 02 gaveteiros + 01 mesa com L: 1,50 X P: 550 X A: 730 com 02 gavetas + 04 nichos superiores - Padrões: Branco TX (todo) - Ferragens: Puxador cava com fita - DMA Corrediça telescópica - Hafele Dobradiça com amortecedor - Hafele	R\$ 11.521,01



	Pistão a gás - Hafele Sapata niveladora Passa fios Cantoneira (L de bancada) na fixação da modulação	
CULTURA E EVENTOS	- Módulos: 02 estações de trabalho - Dimensões: 02 mesas em MDF L: 1,20 X P:55 A:730 com 02 gavetas + 02 nichos superiores - Padrões: Branco TX (todo) - Ferragens: Puxador cava com fita - DMA Dobradiça com amortecedor - Hafele Pistão a gás - Hafele Passa fios Sapata niveladora Cantoneira (L de bancada) na fixação da modulação	R\$ 6.774,73
GABINETE SECRETARIA	- Módulos: 01 banco de canto - Dimensões: L:1,60 X P:385 X A:35 + nicho superior - Dimensões: L:1,55 X P:40 A:380 + mesa - Dimensões: L:1,60 X P:60 X A:730 + armário inferior - Dimensões: L: 1,55 X P:40 X A:67 com 03 gavetas e 03 nichos - Padrões: Floraplaç: Viena e Nogal amendoado - Ferragens: Puxador ponto preto - Zamac Corrediça telescópica - Hafele Dobradiça com amortecedor - Hafele Pistão a gás - Hafele Passa fios Sapata niveladora	R\$ 6.693,69
SALA DO PREFEITO	- Módulos: Mesa - Dimensões: L:2,60 X P:90 X A:780 com 03 gavetas com fechadura e 02 nichos + móvel superior - Dimensões: L:3,93 X P:50 X A:88 com 04 portas e 03 nichos + estante superior 02 unidades - Padrões: Floraplaç: Asfalto e Nogal imperial - Ferragens: Puxador cava com fita champagne - DMA Corrediça telescópica - Hafele Dobradiça com amortecedor - Hafele Vergalhão Passa fios Torre de tomadas - Hafele Sapata niveladora	R\$ 23.045,79
SALA DE REUNIÃO	- Módulos: Aparador - Dimensões: L:1,50 X P:40 A:63 + mesa de reuniões para 09 pessoas - Dimensões: L:2,70 X P:1,20 + prateleira superior - Dimensões: L:1,79 X P:2,55 + painel de TV - Dimensões: L:1,79 X A:2,69 - Padrões: Floraplaç: Asfalto e Nogal imperial - Ferragens: Portas passantes Dobradiça com amortecedor - Hafele Vergalhão Sapatas	R\$ 9.030,19



	Passa fios Torre de tomadas - Hafele	
COPA	- Módulos: Móvel superior - Dimensões: L:3,06 X A:73 com 05 portas e 02 nichos + móvel inferior - Dimensões: L:2,29 X A:73 com 05 gavetas e 02 portas - Padrões: Branco TX (todo) - Ferragens: Puxador versátil/facetado champagne - Rometal - Corrediça telescópica - Hafele - Dobradiça com amortecedor - Hafele - Pistão a gás - Hafele	R\$ 10.112,01
SETOR DE TRIBUTOS	- Módulos: 06 estações de trabalho - Dimensões: L:1,10 X P:60 X A:70 com divisórias - Dimensões: L:1,63 X A:70 e 01 gaveteiro - Padrões: Branco TX (todo) - Ferragens: Puxador cava com fita - DMA - Dobradiça com amortecedor - Hafele - Sapata niveladora	R\$ 11.658,94
FINANCEIRO	- Módulos: 05 estações de trabalho - Dimensões: L:1,23 X P:60 X A:70 com 01 divisória - Dimensões: P:70 X A:1,63 com 01 armário inferior - Dimensões: L:1,84 X P:485 X A:73 e 01 gaveteiro - Padrões: Branco TX (todo) - Ferragens: Puxador cava com fita - DMA - Corrediça telescópica - Hafele - Dobradiça com amortecedor - Hafele - Passa fios	R\$ 12.670,10
ARQUIVO ATIVO	- Módulos: 03 estações de trabalho - Dimensões: 02 mesas com L:1,20 X P:550 X A:715 com 02 gaveteiros + 01 mesa com L:1,50 X P:550 X A:730 com 02 gavetas + 04 nichos superiores - Padrões: Branco TX (todo) - Ferragens: Puxador cava com fita - DMA - Corrediça telescópica - Hafele - Dobradiça com amortecedor - Hafele	R\$ 10.325,33
ARQUIVO ATIVO 1	- Módulos: Estantes - Dimensões: Primeira estante: L:90 X P:520 X A:2,50 - Segunda estante em L: L:450 por 440 X P:520 X A:2,85 - Terceira estante: L:1,87 X P:520 X A:2,85 com 04 prateleiras em cada estante - Padrões: Branco TX (todo) - Ferragens: Cantoneira (L de bancada) na fixação da modulação	R\$ 10.333,81
ESCRITÓRIO DE ARRECAÇÃO	- Módulos: 01 mesa - Dimensões: L:1,35 X P:500 X A:73 + armário inferior - Dimensões: L:1,42 X P:39 A:57 + 01 nicho superior - Padrões: Branco TX (todo) - Ferragens: Puxador cava com fita - DMA - Corrediça telescópica - Hafele	R\$ 4.193,65



PROCURADORIA	- Módulos: 02 estações de trabalho - Dimensões: Mesas: L:1,22 X P:60 X A:73 + 03 divisórias - Dimensões: L:60 X A:1,73 - Padrões: Branco TX (todo) - Ferragens: Passa fios Sapata niveladora	R\$ 2.675,84
CONVÊNIOS	- Módulos: 02 estações de trabalho - Dimensões: Mesas: L:1,22 X P:60 X A:73 + 03 divisórias - Padrões: Branco TX (todo) - Ferragens: Passa fios Sapatos	R\$ 2.520,00

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 129.699,73 (cento e vinte e nove mil seiscientos e noventa e nove reais e setenta e três centavos)

4.2. As especificações incluem a utilização de **materiais de alta qualidade** e acabamentos em padrões descritos no projeto.

5. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. O prazo máximo para a entrega e instalação dos móveis é de **30 (trinta) dias** após a emissão da ordem de fornecimento pela Prefeitura de Ouricuri.

5.2. Os móveis deverão ser entregues e instalados nos endereços indicados pela Prefeitura e deverão atender integralmente às especificações técnicas descritas no edital.

5.3. A empresa contratada será responsável pela substituição de quaisquer itens que apresentem defeitos ou que não atendam às especificações técnicas, sem ônus adicional para a Prefeitura.

6. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA E DOCUMENTOS EXIGIDOS

6.1. A empresa contratada deverá comprovar sua habilitação técnica por meio da apresentação dos seguintes documentos:

- Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) a experiência da empresa em projetos semelhantes;
- Comprovação de regularidade jurídica e fiscal, conforme exigido pela **Lei nº 14.133/2021**:
 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
 - Certidões de regularidade fiscal com o FGTS, Receita Federal, Estadual e Municipal;
 - Certidões Negativas de Débitos Trabalhistas (CNDT);
 - Comprovação de regularidade perante o **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)** e o **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)**.

7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS MÓVEIS

7.1. O recebimento dos móveis ocorrerá em duas etapas:

- **Recebimento provisório**, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações;
- **Recebimento definitivo**, após a verificação técnica dos móveis pelo setor responsável da Prefeitura de Ouricuri.

7.2. Caso os móveis não atendam às especificações estabelecidas no edital e no Estudo Técnico Preliminar, a Prefeitura poderá solicitar a substituição dos itens sem custo adicional.

7.3. A empresa contratada será responsável por todos os custos relacionados ao transporte, montagem e instalação dos móveis, além de eventuais reparos ou substituições necessárias.

8. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO



8.1. O julgamento das propostas será feito com base no **menor preço global**, respeitando as especificações técnicas descritas no Termo de Referência.

8.2. A proposta vencedora deverá cumprir integralmente os requisitos estabelecidos no edital, não sendo permitido o fornecimento de produtos de qualidade inferior ou fora dos padrões definidos.

8.3. A Administração se reserva o direito de negociar com o proponente classificado em primeiro lugar, buscando obter a proposta mais vantajosa, conforme previsto no artigo 43 da Lei nº 14.133/2021.

9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. A execução do contrato será acompanhada por um servidor designado pela Prefeitura de Ouricuri, que atuará como **fiscal do contrato**, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. O fiscal do contrato terá as seguintes atribuições:

- Monitorar o cumprimento dos prazos e a qualidade dos móveis fornecidos;
- Verificar a conformidade dos produtos entregues com as especificações técnicas;
- Registrar eventuais falhas ou desvios na execução e solicitar correções imediatas.

9.3. O fiscal deverá comunicar ao gestor do contrato qualquer situação que exija providências superiores, incluindo possíveis alterações contratuais ou aplicação de sanções.

9.4. O gestor do contrato será responsável pela coordenação geral, incluindo o acompanhamento do cronograma de entrega, prazos de pagamento e controle financeiro.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação das **Notas Fiscais** devidamente atestadas pelo fiscal do contrato, no prazo máximo de até **30 (trinta) dias** após o recebimento definitivo dos móveis.

10.2. A liberação dos pagamentos está condicionada à verificação da regularidade fiscal da contratada, bem como à entrega completa e dentro dos padrões especificados dos móveis.

10.3. Eventuais atrasos na entrega ou problemas na qualidade dos produtos poderão resultar em retenção de pagamento até que a situação seja devidamente regularizada.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da contratação serão custeadas por meio das dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Ouricuri, conforme os seguintes detalhes:

Órgão	Unid. Orç.	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa	Ficha
03	02	04 122 1001 1103	4.4.90.52.00	080

11.2. A contratação será precedida da verificação da disponibilidade orçamentária para a cobertura dos encargos decorrentes, conforme determina a legislação vigente.

12. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

12.1. O contrato terá vigência de **12 (doze) meses** contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme as disposições dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. A prorrogação da vigência do contrato poderá ser feita por interesse da administração, mediante justificativa técnica e conveniência administrativa, e desde que os preços contratados permaneçam vantajosos para o órgão contratante.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. São obrigações da **Prefeitura Municipal de Ouricuri/PE**:

- **13.1.1.** Fornecer à contratada todas as informações necessárias para o fiel cumprimento do contrato;



- **13.1.2.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando a conformidade dos móveis fornecidos com as especificações técnicas;
- **13.1.3.** Emitir as ordens de fornecimento de acordo com as necessidades das secretarias e setores municipais;
- **13.1.4.** Efetuar os pagamentos devidos à contratada nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. São obrigações da **empresa contratada**:

- **14.1.1.** Fornecer os móveis planejados conforme as especificações técnicas detalhadas no Estudo Técnico Preliminar e no Projeto Arquitetônico, com os materiais de qualidade descritos;
- **14.1.2.** Realizar a entrega e instalação dos móveis dentro do prazo estabelecido, garantindo o cumprimento integral das condições contratuais;
- **14.1.3.** Substituir, às suas expensas, quaisquer itens que apresentem defeitos ou não atendam às especificações técnicas estabelecidas;
- **14.1.4.** Manter em dia todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, conforme exigido por lei;
- **14.1.5.** Garantir que os móveis fornecidos estejam dentro das normas de segurança e ergonomia, assegurando conforto e durabilidade.

15. DO MAPEAMENTO DE RISCOS

15.1. Para assegurar a boa execução do contrato e mitigar eventuais problemas, foi elaborado um **mapeamento de riscos**, conforme segue:

Risco	Probabilidade	Impacto	Ação de Contingência
Atraso na entrega dos móveis	Médio	Prejudica o funcionamento	Aplicação de multas e acompanhamento rigoroso do cronograma
Móveis entregues em desacordo com as especificações	Baixa	Afeta a qualidade dos ambientes	Recusa dos itens e substituição imediata sem custo adicional
Problemas logísticos durante o transporte	Baixa	Atraso e danos aos móveis	Acompanhamento do processo de entrega e substituição rápida
Falta de capacidade técnica da contratada	Baixa	Execução inadequada	Exigência de comprovação técnica e atestados de capacidade

15.2. Esses riscos serão monitorados ao longo da execução do contrato, com a adoção de medidas de mitigação para garantir a resolução imediata de qualquer problema que possa comprometer a execução.

16. DA GARANTIA DOS MÓVEIS FORNECIDOS

16.1. A contratada deverá fornecer garantia dos móveis por um período mínimo de **12 (doze) meses**, contados a partir da data do recebimento definitivo.

16.2. Durante o período de garantia, a empresa contratada se compromete a realizar, sem ônus adicional para a Prefeitura de Ouricuri, todas as correções necessárias em caso de defeitos de fabricação, montagem ou materiais utilizados.

17. DA MULTA E DAS PENALIDADES

17.1. A contratada estará sujeita às seguintes penalidades em caso de inexecução total ou parcial do contrato, conforme previsto na **Lei nº 14.133/2021**:



- **Advertência:** em casos de infrações de menor gravidade ou que não causem prejuízos significativos à execução do contrato;
- **Multa:** a ser aplicada proporcionalmente à gravidade da infração cometida, nos seguintes casos:
 - **17.1.1.** Atraso na entrega dos móveis ou descumprimento dos prazos estabelecidos: multa de **0,5% (meio por cento)** sobre o valor total do contrato por dia de atraso, limitada a **10% (dez por cento)** do valor global;
 - **17.1.2.** Fornecimento de móveis em desacordo com as especificações técnicas: multa de **5% (cinco por cento)** sobre o valor do item em não conformidade, sem prejuízo da substituição dos produtos;
 - **17.1.3.** Não cumprimento de outras obrigações contratuais: multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor do contrato, caso não sejam regularizadas as pendências no prazo estabelecido pela Administração.

17.2. Além das multas previstas, a Administração poderá aplicar as seguintes sanções:

- **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública**, por um período de até **2 (dois) anos**;
- **Declaração de inidoneidade**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratada promova a sua reabilitação, conforme previsto no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

17.3. As penalidades serão aplicadas após a devida instauração de processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18. DA JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO

18.1. A aquisição dos móveis planejados será realizada em **lote único**, conforme descrito no Estudo Técnico Preliminar, em razão da necessidade de padronização dos móveis para os diferentes setores e secretarias da Prefeitura.

18.2. O parcelamento do objeto comprometeria a uniformidade e a funcionalidade dos ambientes, uma vez que todos os móveis devem seguir um mesmo padrão de qualidade, acabamento e ergonomia.

18.3. O fornecimento em lote único também otimiza o processo de aquisição e possibilita a negociação de melhores preços, garantindo maior economicidade para a Administração.

19. DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da Comarca de **Ouricuri/PE** para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste Termo de Referência e do contrato que vier a ser firmado, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A contratada deverá cumprir todas as exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no edital de licitação e no contrato administrativo, assegurando a execução integral do objeto dentro dos padrões de qualidade e prazos estipulados.

20.2. Quaisquer alterações que se façam necessárias no contrato deverão ser formalizadas mediante **termo aditivo**, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

20.3. As especificações técnicas contidas no **Estudo Técnico Preliminar** e no **Projeto Arquitetônico** fazem parte integrante deste Termo de Referência e deverão ser rigorosamente cumpridas pela contratada.

Ouricuri/PE, de setembro de 2024.

FABRÍCIO SILVA ROCHA LIMA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO



PROJETO ARQUITETÔNICO



ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de OURICURI, Estado de Pernambuco.

Pela presente declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei nº 14.133/21, bem como às cláusulas e condições do Pregão Eletrônico nº 016/2024.

Declaramos ainda, que não ocorreu fato que nos impeça de participar da mencionada Licitação.

Assumimos o compromisso de bem e fielmente fornecer os produtos especificados no Anexo I, caso sejamos vencedor(es) da presente Licitação.

Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS DESTINADOS A EQUIPAR AS INSTALAÇÕES DAS SECRETARIAS E SETORES ADMINISTRATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURICURI/PE:

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
Total						

Valor Total da Proposta: R\$

Proponente:

Endereço:

CNPJ:

Data da Abertura:

Horário de Abertura:

Prazo de Entrega: Conforme Edital e Contrato.

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Local e Data:

.....
Assinatura do Proponente



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO (NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório, Pregão Eletrônico nº 016/2024, junto ao Município de Ouricuri/PE, que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

Cidade/Estado,

.....

DECLARANTE



ANEXO V MINUTA DO CONTRATO

Contrato Administrativo nº, que entre si celebram o Município de Ouricuri/PE, por intermédio da(o) Secretaria/Fundo Municipal de e

O MUNICÍPIO DE OURICURI, Estado do Pernambuco, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, através do(a), neste ato representada por seu(sua) Ordenador(a) de Despesas, o(a) Sr(a)., residente e domiciliado(a) nesta Cidade, apenas denominado de CONTRATANTE, e de outro lado estabelecida na, inscrita(o) no CNPJ sob o nº neste ato representada por, Função apenas denominada(o) de CONTRATADA(O), resolvem firmar o presente Contrato, tendo em vista às disposições da Lei nº 14.133, de 10 de abril de 2021, e demais legislação aplicável, decorrente do Pregão Eletrônico nº 016/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 - Processo de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 016/2024, de acordo com as normas gerais da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, devidamente homologado pelo(a) Ordenador(a) de Despesas da(o).....

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente Instrumento tem por objeto a **AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS DESTINADOS A EQUIPAR AS INSTALAÇÕES DAS SECRETARIAS E SETORES ADMINISTRATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURICURI/PE**, nos quais a Contratada sagrou-se vencedora, na forma discriminada na planilha em anexo.

2.2. Vinculam a este contrato, independentemente de transcrição:

2.2.1. Termo de Referência;

2.2.2. Edital da Licitação;

2.2.3. Proposta do contratado;

2.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência desta contratação é de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133/2021.

3.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, vinculado a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO, DO PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DO REESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....).

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



- 6.3. Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da Nota Fiscal, através de Transferência Bancária para o fornecedor.
- 6.4. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 6.5. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA (índice de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.7. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 6.8. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 6.9. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.
- 6.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.11. O reajuste será realizado por apostilamento, conforme previsão do Art. 136, da Lei 14.133/2021.
- 6.12. Poderá ser reestabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, desde que objetivando o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do Art. 124, Inciso II, alínea "d" da Lei 14.133/2021, devendo ser formalizado através de ato administrativo.
- 6.13. O pedido de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 7.1. São obrigações do Contratante:
- 7.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 7.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, vinculado a este contrato;
- 7.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 7.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme Art. 143, da Lei nº 14.133/2021;
- 7.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 7.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 7.9. Cientificar a Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis, quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 7.10.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação por igual período, quando motivada.
- 7.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.
- 7.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em suas peças vinculadas, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;
- 8.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 8.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos/bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- 8.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 8.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, em tempo hábil, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 8.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 8.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 8.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 8.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 8.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 8.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 8.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.
- 8.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.



8.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 10 de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 20, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 40, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b", c" e d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 50, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.2.4. Multa:

10.2.4.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

10.2.4.2. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.4.3. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 90, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 71, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser cobrada judicialmente (art. 156, § 81, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §11, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;



- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo Município decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o Município contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.3. Constituem motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos presentes autos, as situações previstas no Art. 137, da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com observância às previsões contidas nos artigos 138 e 139 da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA FONTE DE RECURSOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos oriundos do Tesouro Municipal, previstos na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão	Unid. Orç.	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa	Ficha
03	02	04 122 1001 1103	4.4.90.52.00	080

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990- Código de Defesa do Consumidor- e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021



14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção à Lei nº. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato é o da Comarca de Ouricuri/PE, sendo este o foro eleito para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva de acordo entre elas celebrado, assinando o mesmo, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Ouricuri/PE,

CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. CPF

2. CPF